

Cobrança de R\$ 2,4 mi

CORREIO BRAZILENSE

A Procuradoria da República no Distrito Federal recorreu à Justiça para cobrar da Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora) e de seu presidente, Mauro Farias Dutra, R\$ 2,4 milhões referentes a parte dos recursos recebidos pela entidade em convênio firmado em 2003 com o Ministério do Trabalho para a qualificação profissional de jovens. Segundo os representantes do Ministério Público Federal, foram identificadas irregularidades na gestão da parceria. A ação pede a indisponibilidade dos bens dos envolvidos. Mauro Dutra é amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No total, a Ágora recebeu R\$ 7,5 milhões da pasta do Trabalho. De acordo com a denúncia, enviada à 1ª Vara da Justiça

Federal de Brasília, o dinheiro foi integralmente repassado à entidade, mas investigações do MPF e de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) identificaram problemas na prestação de contas e na execução do convênio. Os procuradores da República apontaram, entre outras falhas, contratações e compras sem licitação; despesas indevidas; recibos irregulares; cursos com carga-horária inferior à prevista; e não comprovação da aplicação dos recursos e descumprimento de metas propostas.

No início do mês, a 6ª Vara Cível de Brasília já havia decretado a extinção da Ágora ao julgar ação de dissolução proposta, em 2004, pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Nesse caso, os promotores de Jus-

tiça do DF atribuíram à entidade problemas na administração de R\$ 4,6 milhões da Secretaria do Trabalho do DF para a promoção de cursos de formação profissional. Uma das irregularidades, segundo o MPDFT, seria a falta de capacidade administrativa e contábil para gerir recursos públicos.

A ligação de Mauro Dutra com o Palácio do Planalto deu dimensão ao caso. E a Ágora também virou alvo de investigação no Congresso. Parlamentares da oposição viram nela uma oportunidade de causar desgaste ao presidente Lula. Em 2001, quando ainda era candidato, Lula passou o final de ano na casa do empresário, em Búzios (RJ). Dutra tem negado as irregularidades atribuídas pelo MP a ele e à entidade. A reportagem entrou em contato com o escritório dele,

Daniel Ferreira/CB/DA Press - 29/6/05



MAURO DUTRA, PRESIDENTE DA ÁGORA: IRREGULARIDADES EM CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

deixou recado com uma funcionária de nome Rita Maria, mas não houve retorno.

Na ação enviada à Justiça Federal, a procuradora da República Raquel Branquinho afirmou

que é preciso rever a utilização de convênios para implementação de políticas públicas de profissionalização dos trabalhadores. "O modelo que vem sendo utilizado pelo Ministério do Tra-

balho para a execução dessa política pública é totalmente ineficaz e apenas propicia o desvio e má-aplicação desses expressivos valores", afirmou a representante do MPF. (MR)